

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Ata da Reunião de 11 / 06 / 2014

Ata n.º 14 destinada a:



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

AB
#

ATA N.º 14

Aos onze dias do mês de junho do ano dois mil e catorze na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

VICE-PRESIDENTE ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS

VEREADORES JOSÉ MARIA RODRIGUES FIGUEIRA
PAULO ALEXANDRE V. CAÇOILAS
JOÃO LUÍS TELHA DA SILVA
SILVIA LEONOR C. SEATRA DOS SANTOS
JOAQUIM MANUEL MARQUES B. SOEIRO

AUSENTE:.....PRESIDENTE LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pela Senhora Vice-Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 10.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Presidente, ausente por motivo de gozo de férias.

1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** informando que no dia 30 de maio esteve presente nas comemorações do Dia da Criança e no concerto do Agrupamento de Escolas, no dia 31 participou na sessão do Roteiro + Cidadania, que se realizou nos Campos da Rainha e no dia 1 de junho esteve presente no Aniversário dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas. No dia 3 assistiu à pintura da Cantina da EB n.º 2 pelos alunos daquela escola, no dia 4 esteve presente no Dia da



AS
#

Disciplina, promovido pelo Regimento n.º 5, no dia 6 esteve presente na Feira das Profissões, promovida pelo Município e pela Associação de Pais e também na Festa de Finalistas dos alunos do 4.º ano. No dia 9 participou numa reunião com a Associação GasNova.

Interveio o **Vereador João Telha** referindo que no dia 29 de maio participou na Assembleia Geral da Retecork, que se realizou na Câmara Municipal de Coruche e esteve presente na inauguração oficial da 6.ª Edição da Feira Internacional da Cortiça, também em Coruche. No dia 30 participou na atividade “Noite na Biblioteca” e no dia 1 de junho esteve presente em diversas iniciativas, nomeadamente no 9.º Passeio de Cicloturismo, organizado pelo Rancho Folclórico de Landeira, no almoço convívio do referido rancho e nas comemorações do Dia da Criança, no salão da Junta de Freguesia de Landeira. No dia 3 participou no workshop “Cultura e Desenvolvimento Sustentável”, promovido pela CIMAC, na Biblioteca Municipal de Montemor-o-Novo e no dia 5 esteve presente na “Tertúlia para Pais”, iniciativa organizada pelo Agrupamento de Escolas de Vendas Novas.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** dando conhecimento que no dia 31 de maio participou na sessão do Roteiro + Cidadania, no dia 1 de junho esteve presente no 9.º Passeio de Cicloturismo, no Aniversário dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas e nas comemorações do Dia da Criança, no salão da Junta de Freguesia de Landeira e no dia 5 participou no Seminário “A Gestão de Energia pelo Setor Público”, organizado pela EDP, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

A **Vice-Presidente** informa que chegou à Câmara Municipal uma carta do Dr. Afonso Alvito, a manifestar o seu interesse em renunciar ao cargo de Gestor Executivo da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas. Refere que esse assunto se encontra em análise e que o próximo passo será o agendamento da Assembleia Geral, no entanto, será dado conhecimento do desenvolvimento deste processo a todos os Vereadores.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** perguntando aos Vereadores da CDU, onde se integra o PCP, se se revêm na integra no comunicado à população de 29 de fevereiro, que diz designadamente “A atrapalhação do Sr. Presidente da Câmara Municipal foi tal, que descartou a resposta para o Vereador do PSD, Joaquim Soeiro, que se escudou em afirmar que “... a liquidação daquele número de árvores...se devia a questões técnicas de árvores velhas e doentes...”. Afirma que nunca fez essa afirmação na reunião da Câmara Municipal, razão pela qual pergunta se os Vereadores se revêm no referido comunicado.



Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** referindo que foi apresentado um requerimento sobre a situação dos projetos da AgdA, nomeadamente em termos de reprogramação, ao qual ainda não obtiveram resposta. Relativamente ao pedido apresentado na última reunião da Câmara Municipal, relacionado com os impostos municipais pagos pelos Municípes, pergunta se o executivo já dispõe dessa informação, uma vez que se trata de um dado de fácil acesso. Pergunta também, na sequência das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de abril, se já foi feita a escritura pública de doação à Junta de Freguesia de Landeira e ao Sporting Clube de Landeira. Alerta o executivo e pergunta se o mesmo já se debruçou sobre as implicações da proposta do Governo sobre o Fundo de Apoio Municipal, designadamente sobre as implicações financeiras deste fundo, proposto às Autarquias através da ANMP. Pergunta, também, se o executivo já analisou as implicações do documento e seus anexos, sobre a reorganização de serviços de atendimento público, que prevê o encerramento de serviços, designadamente sobre as implicações para o Município de Vendas Novas e para a população do concelho. Pergunta, ainda, se o Município de Vendas Novas já se debruçou sobre as implicações da proposta de Lei n.º 186/12, sobre a reforma política de solo, ordenamento do território e urbanismo, que tem mais implicações para o concelho, que a lei que anteriormente estava em vigor. Refere que colocou as últimas três questões, por se tratarem de questões estratégicas, que estão subjacentes ao desenvolvimento do território e considera que devem merecer, por parte dos órgãos do Município, um aprofundamento, pois as mesmas implicam a retirada ou limitação das competências ao Poder Local, atacando a sua autonomia, com as necessárias consequências nos direitos das populações. Quanto à questão do Vereador Joaquim Soeiro, afirma que independentemente da filiação partidária de cada um, respondem na qualidade de Vereadores da CDU, e como o Vereador sabe as decisões de órgãos políticos são tomadas de forma colegial, acrescentando que em sede de reunião de Câmara Municipal, não têm de se pronunciar sobre as decisões políticas partidárias. Se o comunicado estivesse assinado pelos Vereadores, podia-se colocar a questão a este nível, não o sendo, os Vereadores da CDU entendem que não é este o local para se pronunciarem sobre estas matérias.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que a questão que colocou foi objetiva e tinha uma resposta simples, ou sim ou não. Refere que quando uma frase se encontra entre aspas, está a dar-se a ideia que se trata de uma transcrição de uma frase proferida por si e que foi ouvida por alguém que se encontrava presente na sala. Afirma que apesar de se tratar de um documento



político, não se pode esquecer que a coordenadora política do PCP é Vereadora da CDU, razão pela qual fez a pergunta, sendo tão simples quanto isso.

Tomou a palavra o **Vereador João Telha** afirmando que, quanto à posição do Vereador José Figueira, constata alguma dualidade de critérios, pois recorda-se de, relativamente à afirmação feita por um candidato nas últimas autárquicas, o Vereador José Figueira, então Presidente, lhe ter movido um processo judicial. Parece-lhe que o entendimento não foi igual e coerente nas duas situações.

O **Vereador José Figueira** pergunta contra quem é que foi movido um processo judicial.

Tomou a palavra o **Vereador João Telha** informando que foi contra o atual Presidente, Dr. Luís Dias.

Interveio a **Vereadora Sílvia Santos** referindo que todos os presentes representam um partido político, mas trabalham num coletivo dentro de um partido político. Afirma que o seu partido se revê naquilo que publica, tal como todos os outros. Não percebe a razão desta questão surgir agora, depois de terem passado vários meses.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** considerando que este é o local certo, pois apenas está a falar numa frase que é transcrita como sendo sua, a qual não proferiu, não fazendo juízos de valor sobre as restantes matérias. Informa que só agora traz o assunto à Câmara Municipal, pois só agora foi aprovada a ata daquela reunião. Afirma que não está a atacar qualquer posição da CDU ou do PCP, apenas está a perguntar se os senhores Vereadores se revêm nesta frase que é transcrita como sendo sua, uma vez que é referida no comunicado que proferiu aquela afirmação na reunião da Câmara Municipal. Em defesa da honra quer saber se os dois Vereadores o ouviram a proferir aquela frase.

Interveio o **Vereador Paulo Caçoilas** afirmando que não vai falar sobre o comunicado, pois não estava presente, mas de facto acha que estas questões devem ser tratadas de forma partidária.

Tomou a palavra a **Vereadora Sílvia Santos** afirmando que a Vereadora da CDU não é a coordenadora, pois a CDU é coordenada por um coletivo.

O **Vereador Joaquim Soeiro** entende, pelo silêncio dos Vereadores, que estão a reconhecer que não proferiu essa frase, pois caso contrário defendiam a referida afirmação.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** referindo que a interpretação do Vereador Joaquim Soeiro, é uma forma abusiva de interpretar a intervenção dos Vereadores da CDU.



Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que abusivo é o facto dos Vereadores da CDU colocarem na sua boca palavras que não proferiu.

Respondendo ao Vereador José Figueira, a **Vice-Presidente** informa que, quanto aos impostos municipais, a informação será entregue hoje. Em relação à escritura pública da Landeira, informa que o processo está a evoluir, mas ainda não foi concretizado. Quanto às outras reflexões, refere que são processos que estão em análise entre o executivo e em conjunto com os serviços, com especial preocupação, designadamente quanto à política dos solos, aos serviços de atendimento da Administração Central e ao Fundo de Apoio Municipal. Concorda que se trata de questões estratégicas que estão a ser analisadas.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que o executivo também acha estranho o silêncio por parte da AgdA, apesar de todos pedidos que já foram feitos. Julga que, tal como o Vereador José Figueira sabe, haverá uma reunião brevemente, para discutir estas questões frente a frente e o executivo tentará esclarecer todas estas questões.

Interveio a **Vereadora Sílvia Santos** chamando a atenção para uma situação com a qual se deparou no dia anterior no cemitério, em que havia uma cova aberta, com uma série de ossos à vista, o que é bastante desagradável e facilmente poderia ser evitado.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** concordando com a Vereadora Sílvia Santos e agradecendo a chamada de atenção.

2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – 10.^a Alteração ao Orçamento e PAM

Doc. 73/14

Presente a proposta da 10.^a Alteração ao Orçamento e PAM.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos Vereadores José Figueira, Paulo Caçoilas e Sílvia Santos, aprovar a 10.^a Alteração ao Orçamento e PAM da Câmara Municipal.

2.2 – Expediente

2.2.1 – Atas

Foi lida e aprovada, por **unanimidade**, a **Ata n.º 5**, respeitante à reunião realizada em 5 de março de 2014.



AS
/

2.2.2 – Arrendamento do Quiosque do Bairro José Saramago

- Na sequência da deliberação de 19 de março de 2014, presente o relatório final do júri do concurso público para o arrendamento supra referido, sugerindo a exclusão da única proposta apresentada, após audiência dos interessados, em virtude de não ter apresentado todos os documentos previstos no Caderno de Encargos.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, excluir a proposta do Sr. Rafael Santos, único candidato, de acordo com o Relatório do Júri do Concurso.

- Presente Programa de Concurso e Caderno de Encargos para a abertura de Concurso Público para o arrendamento do Quiosque do Bairro José Saramago. Presente também proposta de nomeação do Júri do concurso. **Doc. 74/14**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do concurso, as respetivas peças procedimentais e a nomeação do Júri.

2.2.3 – Parecer da Câmara Municipal sobre o encerramento de escolas no ano letivo 2014-2015

Doc. 75/14

Presente parecer da Câmara Municipal de Vendas Novas, enviado à DGEST, sobre o encerramento de escolas no concelho no ano letivo 2014-2015.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** dando conhecimento do parecer enviado à DGEST, dando conta que a Câmara Municipal é contra o encerramento definitivo de escolas, mas que não coloca de parte a sua desativação temporária com as condicionantes referidas no documento, designadamente: se se constatar diminuição do número de alunos inscritos no 1.º ciclo; existirem ganhos pedagógicos, como por exemplo a mudança de uma turma mista para uma turma de um só nível de ensino; se existirem ganhos na concentração de recursos humanos: maior vigilância, mais acompanhamento nas diversas atividades; se existirem ganhos na concentração de recursos físicos: integração numa escola com refeitório, por exemplo; se existirem ganhos no aproveitamento do tempo que as crianças passam na escola, por exemplo, se deixarem de ser transportados para o almoço.



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

AB
/

Informa que, tendo em conta que o Agrupamento de Escolas e a Associação de Pais se manifestaram a favor desta posição, foi este o parecer que o executivo apresentou.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que na última reunião da Câmara Municipal, a Vereadora informou sobre esta questão, mas já antes o Presidente da Câmara Municipal tinha levantado estas questões, pondo a hipótese da CDU ter dado anuência ao encerramento de escolas. Informa que em 30 de março e 20 de abril de 2012, foram tomadas posições sobre estas matérias e na reunião de 30 de maio de 2012, a Câmara Municipal tomou posição sobre o encerramento da escola de Bombel. Tendo em conta que os Vereadores da CDU entendem que este assunto não mereceu uma reflexão aprofundada, deixam a seguinte declaração aprofundada: A Câmara Municipal de Vendas Novas, na sua reunião de 11 de Junho de 2014, tomou conhecimento, da tomada de posição do executivo municipal, em 29 de Maio, sobre o encerramento de escolas do 1.º ciclo (Campos dos Infantes e Monte Branco), sem que antes tivesse havido uma reflexão aprofundada por parte da Câmara Municipal.

Com efeito, na última reunião de Câmara Municipal, 28 de Maio, tão-somente nos foi transmitido das intenções do Ministério da Educação em encerrar os estabelecimentos identificados, como de uma reunião havida entre a Associação de Pais e alguns pais, segundo a informação da senhora Vice - Presidente), Direção do Agrupamento e Câmara Municipal em 16 de Maio.

A informação entretanto dada, sem dados quantificados e concretos, que foi transmitida à reunião de Câmara Municipal, foi a de que havia a intenção de encerrar a Escola Básica número 1 dos Infantes em virtude de no próximo ano letivo o número de "...alunos naquela escola como no Concelho irem diminuir...";

Continua a Câmara Municipal, sem ter dados concretos do número de alunos para o ano letivo 2014/2015, assim como quanto ao número de alunos por turma, tendo em consideração o elevado número de crianças "com necessidades educativas especiais", que pode influenciar o número de alunos por turma;

No ano letivo que está a terminar, paralelamente à decisão unilateral, da direção do "Agrupamento Vertical de escolas de Vendas Novas", de ter encerrado uma sala na escola da Misericórdia, há que ter em conta o facto de que tal foi fundada, quanto questionados sobre a mesma, que essa mesma sala, se destinaria a "uma dupla finalidade; a de apoiar alunos com "dificuldades de aprendizagem" e de haver um espaço para reuniões de professores e de atendimento de familiares/encarregados de alunos";



AB
H

É do conhecimento, do Ministério da Educação, do Agrupamento de Escolas de Vendas Novas, que o Concelho de Vendas Novas é o que tem o maior número de crianças no Distrito de Évora, segundo os números do próprio ministério, com “necessidades especiais educativas”.

O parecer, que agora nos é dado a conhecer, não só admite, sem dados concretos conhecidos sobre os números de alunos a inscrever no próximo ano letivo, a aceitação do encerramento, desativação, da EB1 dos Infantes, como abre as portas para o encerramento da EB1 do Monte Branco, notícia ontem vinculada pelo “Correio da Manhã.

A par desta situação, importa denunciar que a tomada de decisão do executivo da Câmara Municipal de 29 de Maio, remetida para o Ministério da Educação, envolta em fundamentos que visam criar equívocos no seio da comunidade escolar, em concreto, aceita o encerramento de escolas, o despedimento de professores e auxiliares de educação, a par de aceitar, implicitamente, porque disso não fala, que as turmas a constituir, podem ter um número de alunos superior, sem atender aos alunos com necessidades educativas especiais.

Neste quadro, estando o documento para conhecimento da Câmara Municipal, os Vereadores da CDU, manifestam-se contra a disponibilidade do atual executivo da Câmara Municipal (PS/PSD), na senda das políticas dos anteriores Governos do PS, em aceitar o encerramento a curto e médio prazo, por decisão do atual Governo PSD/CDS-PP de duas escolas do EB, a saber: Campos dos Infantes e Monte Branco - Bombel. Contrariando a Carta Educativa, bem como o facto indesmentível de o Concelho de Vendas Novas ter sido, a par de Évora, o que durante os últimos 20 anos cresceu progressivamente a sua população em 13%, segundo os Censos de 2001 e 2011 (INE).”

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** referindo que a declaração apresentada parece completamente à parte do parecer que o executivo remeteu à DGEST, pois ao ler-se o mesmo percebe-se quais são as premissas que resultam da reflexão feita. Quanto às necessidades educativas especiais e ao número de alunos, afirma que isso é especificamente referido no parecer. Ou seja, trata-se de duas leituras completamente opostas deste assunto.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que aquilo que o Vereador José Figueira referiu é uma interpretação abusiva daquilo que não é dito.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** afirmando que, de facto, a declaração apresentada é completamente contraditória com o conteúdo do documento que foi fornecido, parecendo que a declaração foi escrita antes de ser conhecido o conteúdo do parecer.



AB
#

Interveio o **Vereador José Figueira** informando que a declaração não foi escrita antes de ser conhecido o conteúdo do parecer. Refere que, quando recebeu a documentação, na segunda-feira solicitou que este documento lhe fosse enviado, tendo solicitado mais tarde ao Presidente e à secretária da Presidência, no entanto, só no presente dia tomou conhecimento do conteúdo do mesmo, pelo que apenas hoje de manhã foi escrita a posição dos Vereadores da CDU. Afirmo que todos sabem que o objetivo do Ministério da Educação é encerrar cerca de 900 escolas por todo o país, por isso esta questão da desativação pode ser sinónimo de encerramento. Não havendo números e não tendo a Câmara Municipal, enquanto órgão, refletido sobre esta questão, parece que não é posto em causa o encerramento da Escola de Bombel, mas sim dos Infantes, no entanto, no dia anterior, no Correio da Manhã, vinha a notícia do encerramento da Escola de Bombel. Refere que sem conhecer o número de alunos, o número de alunos por turma e tendo em conta que Vendas Novas tem um grande número de alunos com necessidades especiais educativas, não é possível perceber o número de turmas a constituir. Afirmo que os Vereadores da CDU não dizem que são contra as permissas do Parecer, o que dizem é que não havendo números fidedignos por parte do Ministério da Educação, são contra o encerramento de escolas, isto é um documento de princípio da CDU.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** afirmando que o que ouviu na declaração foi que os Vereadores da CDU dizem que a Câmara Municipal está a favor do encerramento de escolas, o que não é verdade e isso está claro no parecer apresentado pela Câmara Municipal.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** referindo que as palavras devem ser utilizadas corretamente. Afirmo que este executivo é contra o encerramento, por encerrar, de qualquer escola ou serviço público. Refere que o Vereador José Figueira não pode querer passar por afirmações do executivo, aquilo que o mesmo não disse, afirmando que o executivo nunca falou em encerramentos, se houver uma desativação temporária é uma coisa e é preciso ser devidamente justificada e com todas as permissas referidas no documento.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.2.4 – Corrida da Cidade 2014

Presente relatório sobre a execução da Corrida da Cidade de 2014.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.



AE
#

2.2.5 - Resumo Diário da Tesouraria

Presente o **Resumo**, respeitante ao dia 9 de junho cujo saldo é 745.081,94 € correspondendo 609.172,03 € a Dotações Orçamentais e 135.909,91 € a Dotações não Orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Obras – Licenciamento

Com base nos pareceres emitidos pelas entidades intervenientes, bem como pelos técnicos municipais, foram presentes os processos a seguir referenciados e que mereceram as seguintes deliberações:

- **Proc. n.º 15/14 Req.º. n.º 249/14**, de Calete Unipessoal, Lda, presente projeto de arquitetura respeitante à construção de um anexo destinado a arrecadação, sito nos Foros da Misericórdia, em Vendas Novas.

Aprovado, por unanimidade, de acordo com o Parecer do Chefe da DAUA, de 30 de maio de 2014.

- **Proc. n.º 13/14 Req.º. n.º 232/14**, de Alves & Estrela, Lda, presente projeto para deliberação final de construção de um escritório para comércio automóvel bem como uma vedação e de 2 toldos de sombreamento existentes e implantação de um contentor, sito na Rua São João de Deus, n.º 13, em Vendas Novas.

Aprovado, por unanimidade, de acordo com o Parecer do Chefe da DAUA de 21 de maio de 2014.

3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público

Não houve intervenções do público.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objecto de votação nominal.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pela Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 16 H 30 sendo a presente ata assinada pela Sr.^a Vice- Presidente, Ana Carla Martins de Barros e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a redigi e lavrei.

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2014.

A Vice-Presidente da Câmara Municipal

O Chefe da DAF

Vendas Novas, 11 de junho de 2014



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, por unânime, na reunião realizada em 30/10/2014.

com as abstenções do Presidente e da Vereadora Elsa Caeiro,
que virá de não ter participado no referido reunião.

O Presidente

Liliana

Os Vereadores

Ana Carla Arranja M. de Barros

José Maria Rodrigues Figueira

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

Joaquim Manuel Marques B. Soeiro

José Maria Rodrigues Figueira

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

Joaquim Manuel Marques B. Soeiro